



---

## JORNALISMO DE CHECAGEM DE FATOS COMO INTERMEDIÁRIO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: uma análise comparada entre países<sup>1</sup>

### FACT-CHECKING JOURNALISM AS PUBLIC TRANSPARENCY INTERMEDIARY: a cross-country comparative analysis

Paulo Ferracioli <sup>2</sup>

**Resumo:** Para concretizar a acessibilidade da transparência, organizações intermediárias, como o Jornalismo, exercem um papel de destaque ao repassar ao público os dados disponíveis. O objetivo desse artigo, portanto, é compreender como um ramo do Jornalismo (as agências de checagem de fatos) se aproveitaram dos recursos de transparência pública para construir seus textos. Foi realizada uma investigação comparada de quatro agentes de países distintos: Agência Lupa (Brasil), Factcheck.org (EUA), Pagella Política (Itália) e Correctiv (Alemanha). Em todas, informações fornecidas pelo Estado em suas páginas de Internet (ou seja, transparência ativa) foram a principal fonte a embasar as checagens: em ordem, 63,5% (Brasil), 53,4% (Itália), 52,7% (EUA) e 29,2% (Alemanha) dos textos se valiam de dados públicos para embasar suas conclusões. Associar Jornalismo de checagem e transparência remete à noção de sistemas-peritos - sobretudo ao demonstrar que atores externos ao Estado também são capazes de participar do processo de fiscalização e abertura das instituições públicas.

**Palavras-Chave:** Transparência pública. Checagem de fatos. Jornalismo político.

**Abstract:** In order to make transparency accessible, intermediary organizations, such as Journalism, play a prominent role in passing on the available data to the public. The aim of this article, therefore, is to understand how a branch of Journalism (fact-checking agencies) took advantage of public transparency resources to build their texts. A comparative investigation was carried out of four agents from different countries: Agência Lupa (Brazil), Factcheck.org (USA), Pagella Política (Italy) and Correctiv (Germany). In all, information provided by the State on its Internet pages (that is, active transparency) was the main source to support the checks: in order, 63.5% (Brazil), 53.4% (Italy), 52.7 % (USA) and 29.2% (Germany) of the texts used public data to support their conclusions. Associating Journalism with checking and transparency refers to the notion of expert systems - above all, by demonstrating that actors external to the State are also capable of participating in the inspection and opening process of public institutions.

**Keywords:** Public transparency. Fact-checking. Political journalism.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Governo e Parlamento Digital da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

<sup>2</sup> UFPR. Doutor em Ciência Política. E-mail: ferracioli.paulo@gmail.com.

## 1. Introdução

Entre as definições possíveis para transparência política, Hood (2010) a compreende como a condução das atividades de uma maneira que as decisões, regras e outras informações cabíveis estejam visíveis para observadores externos, enquanto Lindstedt e Naurin (2010) a resumem como a acessibilidade de informações sobre uma organização. Em ambas as definições, existem pontos de contato a serem considerados: o observador externo e a acessibilidade. Assim, resta claro que para a concretização da transparência, é necessário que um cidadão alheio à administração política tenha acesso a informações sobre o governo.

Mais do que isso, passa a ser essencial verificar se a população em geral consegue compreender os dados públicos, o que depende tanto de ação dos próprios entes governamentais quanto de outros atores. Nesse ecossistema da transparência, o Jornalismo já foi apontado como um agente capaz de fazer a intermediação entre transparência e o público amplo.

Essa pesquisa se centra em um ramo específico do Jornalismo, a checagem de fatos (também conhecida como fact-checking) e sua possível contribuição para a transparência. Esse conteúdo profissional tem ganhado espaço cada dia mais, até mesmo pela intensidade na divulgação de conteúdos de origem duvidosa em redes sociais digitais, e utiliza muitos dados públicos para construir seus textos. Isso levou à formulação da questão de pesquisa a ser desenvolvida: como a checagem de fatos se aproveitou da transparência?

Com o objetivo de responder a essa indagação, o artigo fez uma análise comparada de agências de quatro países: Brasil, Estados Unidos, Alemanha e Itália, cujos contextos de comunicação e política são distintos, de modo a perceber as diferenças e semelhanças de atuação dessa prática jornalística nesses diferentes universos.

O artigo está estruturado da seguinte forma: a revisão de literatura se divide pelas próximas duas seções, apresentando conceitos de transparência e sua intersecção com o Jornalismo, bem como as definições da atividade jornalística que

interessa a essa pesquisa. Na sequência serão apresentados o percurso metodológico e os resultados encontrados. Por fim, há uma ampla discussão sobre a atuação do Jornalismo a partir da transparência.

## **2. Transparência e aplicação ao Jornalismo**

As definições existentes na literatura brasileira e internacional sobre democracia digital se situam ao redor da ideia de novas ferramentas digitais “para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos em benefício do teor democrático da comunidade política” (GOMES, 2007, p. 9). Em síntese, todas se fundamentam no uso de tecnologias da informação e comunicação para reforçar processos democráticos, com especial atenção para modificações no desenho institucional que permitam o envolvimento da população de maneira mais eficiente (COLEMAN, 2005; MARQUES, 2008, 2016).

Como já apontado, mais relevante para o presente estudo, no entanto, no âmbito da transparência, é seu caráter de acessibilidade, que consiste em fornecer informações de maneira que o público geral possa compreendê-las. Não basta que elas estejam meramente disponíveis, mas que os cidadãos saibam utilizá-las para formação de suas decisões. Para atingir esse objetivo, cumprem um papel relevante as organizações intermediárias, que interpretam os dados disponíveis e os repassam ao público em geral. Eles possuem canais de comunicação com as audiências amplas, como os sites e as redes sociais e que podem levar esses dados importantes para o consumo do público. Ademais, são os mais prováveis a possuir as capacidades exigidas para organizar os dados de maneira palatável.

Isso porque a transparência fomentada pelas iniciativas digitais também pode vir acompanhada de outra dificuldade: a natureza descontextualizada das informações. O Estado fornece as informações em planilhas, mas os dados aparecem secos, sem qualquer informação de contexto. Como uma maneira de solucionar essa questão, é possível pensar em sistemas peritos, que são atores capazes de participar do processo da transparência, especialmente por produzir informação à revelia dos agentes públicos. O Jornalismo pode ser considerado, sob esse viés, uma instituição

externa e independente do Estado que está envolvida no processo de transparência, ao direcionar a atenção da esfera pública para certos agentes e suas condutas. Até mesmo para que a transparência seja aperfeiçoada, é preciso que as informações se propaguem com qualidade e profundidade (MARQUES, 2016), tarefa que o Jornalismo pode assumir.

Alguns estudos no Brasil já buscaram apontar de que maneira a LAI se relaciona com a rotina de produção jornalística. Sousa e Geraldês (2016) diagnosticaram certas dificuldades como prazos de resposta e falta de familiaridade dos profissionais com utilização desse tipo de dado. Também houve investigações que apontaram forte associação entre a produção de matérias com esses dados provenientes da transparência e um papel social de fiscalização parte da profissão (BRENOL, 2019); que demonstraram o Ministério da Fazenda como órgão mais acionado pelos repórteres brasileiros (GONÇALVES et al, 2019); que indicaram que textos sobre administração pública foram a temática mais discutida pelos profissionais brasileiros (DUTRA, PAULINO, 2014); e que constataram que matérias sobre LAI não ficaram restritas a apenas um grupo específico de repórteres, tendo sido utilizadas nas mais diversas editorias (NASCIMENTO et al, 2019), de tal forma que a investigação sobre o poder público se tornou uma característica corrente do Jornalismo praticado no Brasil (FERRACIOLI; MARQUES, 2020a, 2020b).

Conhecido esse panorama sobre a transparência e o Jornalismo, é preciso apresentar o que caracteriza a prática jornalística específica que interessa a essa pesquisa.

### **3. Jornalismo de checagem de fatos**

A checagem por parte dos jornalistas ainda é, na maioria das vezes, embasada em métodos tradicionais de verificação, como telefonar para as fontes diretamente (BRANDTZAEG et al., 2016). A checagem de fatos representa, portanto, uma mudança na busca de elementos para fazer essa atividade. Graves (2016) apontou que todo o procedimento da checagem pode ser dividido em algumas fases: escolher as afirmações que serão checadas, entrar em contato com quem as pronunciou,

descobrir como ela começou a ser propagada, o trabalho com os dados e a divulgação do resultado. É nessa fase da checagem propriamente dita, em que é preciso confirmar a veracidade ou falsidades das informações, que os jornalistas recorrem a iniciativas de transparência do Estado. Grandes agências, na investigação de Graves (2016), orientam seus repórteres a se utilizar dos dados oficiais vindo de órgãos governamentais.

Ainda que esteja inserido em um universo digital no qual a agilidade parece ser uma característica essencial, o Jornalismo de checagem opta por desacelerar o trabalho jornalístico. O foco da atividade não é o furo, nem *breaking news*. Mesmo que existam atividades mais imediatas, com as checagens de debates feitas ao vivo, a verificação de declarações e conteúdos não tem a preocupação de só abordar assuntos recentes (GRAVES, 2016). A própria popularização da checagem, contudo, acaba por mitigar esse caráter, pois os checadores buscam acelerar a entrega de checagens para verificar frases que acabaram de ser proferidas.

Ao se pensar na maneira como o jornalista tem acesso às informações que vai relatar, há uma diferença entre a prática da checagem e o cotidiano de uma redação comum. Enquanto o repórter tradicional vai em direção ao acontecimento ou entra em contato com as fontes por telefone ou e-mail, o checador recebe seu material inicial a partir de declarações públicas, quase sempre por meio de outros atores da imprensa. Isso implica em uma alteração no papel do jornalista, que deixa de ser o profissional que apura em primeira mão os fatos e os relatos e se torna um profissional árbitro, que faz a mediação entre o público e os agentes políticos (SEIBT, 2019).

#### **4. Aspectos metodológicos e apresentação dos resultados**

Com o intuito de captar características que assemelhassem a atividade da checagem e também permitissem distinguir características nacionais, foram selecionadas a agência com maior número de seguidores no Twitter e no Facebook (em junho de 2019) de quatro países distintos: Brasil, Estados Unidos, Itália e Alemanha. Cada país representa um sistema midiático, ou seja, possui uma relação específica entre mídia e política (HALLIN; MANCINI, 2004; MÁRQUEZ-RAMÍREZ;

GUERRERO, 2014): Liberal Capturado, Liberal, Pluralista Polarizado e Corporativista Democrático. As agências selecionada mediante esses critérios foram as seguintes: Lupa, Factcheck.org, Pagella Política e Correctiv.

Definidas as quatro agências de checagem que seriam objeto, foi necessário fazer um recorte temporal. Para obter um período amplo o suficiente para abarcar a cobertura eleitoral e também meses em que não houvesse eventos extraordinários, foi determinado o período de julho de 2017 a junho de 2019, ao longo do qual os quatro países tiveram pleitos em âmbito nacional.

Como modo de facilitar a coleta, foram catalogados todos os tweets de tais agências no período em questão e abertas todas as checagens cujos links eram ali referenciados. Isso resultou na seguinte quantidade de checagens publicadas: 2792 (que correspondem à unidade de análise dessa pesquisa), divididas da seguinte maneira entre cada país: EUA - 455, Itália - 579, Alemanha - 89 e Brasil – 1669.

Na sequência, a análise de conteúdo buscou apontar qual foi a principal fonte utilizada em cada um dos quatro países. Os resultados descritos no quadro 1 abaixo demonstram que a transparência ativa foi a fonte mais recorrente para embasar a checagem em todos os países.

QUADRO 01 – NÚMERO DE CHECAGENS CLASSIFICADAS CONFORME FONTE PREDOMINANTE UTILIZADA

	BRASIL	EUA	ITÁLIA	ALEMANHA
Transparência ativa	1060	240	309	26
Entes não-estatais	283	69	194	11
Imprensa	82	57	34	23
Redes sociais	74	41	31	20
Declarações	115	36	6	0
Assessoria de imprensa	49	12	5	9

Transparência passiva	6	0	0	0
-----------------------	---	---	---	---

Fonte: o autor (2021)

Conforme fica evidente a partir dos dados, a transparência ativa aparece de maneira predominante em todos os sistema midiáticos, de modo que o artigo irá apontar como em cada um dos países se valeu desses dados. No caso brasileiro, essa categoria é proporcionalmente maior em comparação às outras nações, com 1060 aparições (63,5%). Quando o então governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel (PSC) mencionou que os contratos do fundo emergencial de saúde foram assinados, tal informação foi rebatida pela *Lupa* a partir de dados do Portal da Transparência mantido pelo estado por ele governado<sup>3</sup>. Destacamos na tabela 01 abaixo as fontes desse estilo mais citadas, a saber:

**TABELA 01 - FONTES DE TRANSPARÊNCIA ATIVA MAIS RECORRENTES NAS CHECAGENS BRASILEIRAS**

TSE	123
IBGE	104
LEGISLAÇÃO	75
PROCESSO ELETRÔNICO	67
CAMARA DOS DEPUTADOS	67
INEP	46
SENADO	43
IPEA	40
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	32
MIN DA FAZENDA	24
DIARIO OFICIAL	22
CAGED	17
CNJ	16

Fonte: o autor (2021)

<sup>3</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/01/16/witzel-sbt-policiais-hospitais/>. Publicado em 16 jan 2019.

Os dados disponibilizados no TSE em seu site foram os mais recorrentes, com 123 aparições. Assim, quando houve declaração relacionada às eleições, foram as informações sobre comparecimento às urnas, percentuais de votos em candidatos desde a redemocratização e sobre perfil do eleitorado que basearam a checagem.

Em segundo lugar veio o IBGE, órgão governamental destinado à produção de estatísticas e que foi acionado para conferir declarações de temas econômicos, mas também para outras situações, como quando o então ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta afirmou que o uso de preservativos estava caindo no Brasil.

O acesso à legislação é aqui entendido de maneira ampla, como a disponibilização pelo Estado de todos os regramentos legais que o compõem. Como o palácio do Planalto possui uma página voltada apenas para disponibilização da legislação, foi a ela que os checadores remeteram para embasar os vereditos.

A quarta posição foi ocupada pela categoria processo eletrônico, que abrange informações disponibilizadas pelo Poder Judiciário sobre processos em trâmite, tendo ocorrido 67 vezes. Em respeito à transparência, a regra é que eles possam ser consultados na internet por qualquer um, o que permitiu a consulta pelos checadores e produção dos textos.

Com o mesmo número de ocorrências está a Câmara dos Deputados, que forneceu várias informações que abarcam desde a votação de parlamentares em votações específicas até relatórios produzidos em comissões.

No caso italiano, a utilização de dados fornecidos pelo Estado de maneira voluntária, ou seja, a “transparência ativa”, foi a mais recorrente dentre as checagens, com 309 ocorrências (53,3%). Mais da metade utilizou esse tipo de dado, como exemplo quando o deputado Pierluigi Bersani (MDP) asseverou que 700 mil postos de trabalho na construção civil haviam sido perdidos<sup>4</sup> e foi checado com dados de desocupação fornecidos pelo Istat, o Instituto Nacional de Estatística. A tabela 2 abaixo detalha quais foram os agentes mais citados (que apareceram mais de cinco vezes) nas checagens:

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://pagellapolitica.it/dichiarazioni/8019/si-meta-dei-posti-di-lavoro-si-sono-persi-nelledilizia>. Publicado em 02 mar 2018.

**TABELA 02 - FONTES DE TRANSPARÊNCIA ATIVA MAIS RECORRENTES NAS  
CHECAGENS ITALIANAS**

LEGISLAÇÃO	70
ISTAT	61
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	29
MINISTÉRIO DO INTERIOR	29
CÂMARA DOS DEPUTADOS	18
BANCA D'ITÁLIA	12
SENADO	11
INPS	11
GOVERNO DA ITÁLIA	10
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	9
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	7

Fonte: o autor (2021)

Os dados apontam que na maior parte dos casos os checadores utilizaram legislação disponibilizada pelo Estado para embasar suas checagens. Isso ocorreu, por exemplo, quando o ex-deputado Giuseppe Civati (*Possibile*) fez comentários sobre as armas recolhidas pelo governo e foi rebatido a partir do Decreto 104/2018, disponibilizado online pelo governo<sup>5</sup>.

A segunda fonte mais citada dentro dessa modalidade foi o Istat, que como já visto é órgão do governo dedicado ao fornecimento de estatísticas e apareceu 61 vezes (10,5% do total). Em terceiro lugar estavam informações disponibilizadas pelo Ministério da Economia, mencionado em 29 textos (5%). Essa foi a fonte da checagem sobre declaração do governador Nicola Zingaretti (PD) quanto ao aumento da arrecadação do imposto sobre valor agregado<sup>6</sup>.

Tendo em vista o propósito dessa pesquisa de olhar com mais atenção para a transparência ativa, segue abaixo a Tabela 3 com as fontes que tiveram ao menos cinco aparições ao longo da cobertura nos Estados Unidos:

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.agi.it/fact-checking/armi\\_governo\\_civati-4386232/news/2018-09-18/](https://www.agi.it/fact-checking/armi_governo_civati-4386232/news/2018-09-18/) Publicado em 18 set 2018.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://pagellapolitica.it/dichiarazioni/8285/tria-da-per-sicuro-laumento-delliva>. Publicado em 23 mai 2019.

**TABELA 03 - FONTES DE TRANSPARÊNCIA ATIVA MAIS RECORRENTES NAS  
CHECAGENS NORTE-AMERICANAS**

BUREAU OF LABOR STATISTICS	25
DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA	22
LEGISLAÇÃO	18
CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE	15
BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS	14
CONGRESSIONAL BUDGET OFFICE	14
SENADO	10
HOUSE OF REPRESENTATIVES	8
PROCESSO ELETRÔNICO	7
CENSUS BUREAU	7
EIA	7
DEPARTMENT OF AGRICUTURE	6
CUSTOMS AND BORDER PROTECTION	6
JOINT COMITEE ON TAXATIONS	6
CASA BRANCA	6

Fonte: o autor (2021)

No primeiro lugar do quadro está o *Bureau of Labor Statistics*, secretaria do governo federal dedicada aos dados sobre mercado de trabalho, tal como sobre o impacto do NAFTA nas vagas laborais dos EUA<sup>7</sup>. Na sequência está o departamento de Justiça, que é o equivalente a um ministério brasileiro, pois é o mais alto escalão da divisão administrativa estadunidense. Seus dados possibilitaram checagens cujo tema envolvia o FBI (que lhe é subordinado) e até mesmo das discussões sobre a cobertura de saúde<sup>8</sup>.

Também houve espaço para menções à legislação também (cite-se o Código Penal da Califórnia utilizado para verificar declaração<sup>9</sup>), o que apareceu em 18 checagens; e para entidades vinculadas ao poder Legislativo federal, como o

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/10/factchecking-trump-on-trade/>. Publicado em 03 out 2018.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/10/trump-misleads-on-preexisting-conditions/>. Publicado em 02 out 2018.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.factcheck.org/2019/05/kamala-harris-spins-facts-on-truancy-law/>. Publicado em 14 mai 2019.

*Congressional Research Service* e o *Congressional Budget Office*, que foram respectivamente o quarto e o sexto mais citados.

E por fim, no caso alemão, mais uma vez a primeira posição foi ocupada pelos dados provenientes da “transparência ativa”, com 26 ocorrências (29,2%), como quando números divulgados pelo Ministério do Interior (*Bundesinnenministerium*) foram utilizados pelo *Correctiv* para avaliar boato sobre atos de violência contra muçulmanos<sup>10</sup>.

Repetindo o olhar mais minucioso sobre as fontes de transparência ativa, a tabela 4 abaixo demonstra quais foram os entes e órgãos que mais cederam informações para a agência. Foram mostrados apenas aqueles que apareceram no mínimo em duas checagens.

**TABELA 04 – FONTES DE TRANSPARÊNCIA ATIVA MAIS RECORRENTES NAS CHECAGENS ALEMÃS**

LEGISLAÇÃO	4
<i>BUNDESAMT FÜR MIGRATION UND FLÜCHTLINGE (BAMF)</i> (Escritório Federal de Migração e Refugiados)	3
<i>BUNDESINNENMINISTERIUM</i> (Ministério do Interior)	2
<i>STATISTISCHEN BUNDESAMT (DESTATIS)</i> (Escritório Federal de Estatística)	2

Fonte: o autor (2021)

É possível perceber que o acesso a leis, decretos e portarias (agrupadas em torno da categoria legislação) foi o mais frequente. Assim, o *Correctiv* pôde verificar declaração do eurodeputado Marcus Pretzell (AfD) com base em artigo de lei específico do estado da Renânia do Norte - Vestfália<sup>11</sup>.

O órgão mais acionado foi o *Bundesamt für Migration und Flüchtlinge (Bamf)*, que é o escritório federal para migração e refugiados, o que condiz com a temática

<sup>10</sup> Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/2018/03/12/nein-die-regierung-erfand-keine-islamfeindlichen-straftaten>. Publicado em 12 mar 2018.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://correctiv.org/ruhr/faktencheck-ruhr/2017/07/10/wird-afd-mann-pretzell-doppelt-bezahlt>. Publicado em 10 jul 2017.

internacional estar sempre em destaque nas checagens alemãs – assim declarações do deputado Jörg Meuthen (AfD) sobre crianças estrangeiras muçulmanas<sup>12</sup> pôde ser esmiuçada.

Outros entes foram mencionados de maneira mais esporádica, valendo a pena destacar o *Statistischen Bundesamt*, órgão de estatísticas alemão (de maneira simplória, comparável ao IBGE brasileiro e ao Istat italiano), cuja abrangência permite estatísticas especialmente sobre as relações de trabalho<sup>13</sup>.

## 5. Discussão dos Resultados e Considerações Finais

O ponto central desse artigo diz respeito à ligação entre o Jornalismo e a transparência e cabe apontar que os resultados encontrados indicam traços interessantes para se pensar essa interseção entre os campos.

A validade da atividade de checagem sempre esteve conectada com o fornecimento das fontes utilizadas, que permitiram ao cidadão até mesmo refazer todos os passos adotados pelo profissional e avaliar a conclusão alcançada a partir do percurso efetuado (NEISSER, 2015). Isso está em consonância com as expectativas do leitor, que dentre os papéis almejados do jornalista já conhecidos como noticiar com objetividade e fiscalizar o poder, também demanda que os jornalistas sejam mais transparentes com suas fontes (LOOSEN; REIMER; HÖLIG, 2020).

Pesquisas dedicadas aos efeitos do *fact-checking* já haviam apontado que há recepção mais favorável à checagem por parte dos leitores quando há explicação detalhada de todo o processo, de maneira simples de ser compreendida pelo usuário (BRANDTZAEG; FØLSTAD, 2017). A utilização dos dados provenientes de transparência ativa tem potencial para cumprir todos os requisitos que tornam mais positiva a recepção da checagem. As informações disponibilizadas pelo Estado estão

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/artikel-faktencheck/2017/09/19/the-kids-arent-alright/> . Publicado em 19 set 2017.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/artikel-faktencheck/2017/08/23/liegt-die-lohnluecke-zwischen-maennern-und-frauen-in-deutschland-bei-21-oder-bei-6-prozent/>. Publicado em 23 ago 2017.

costumeiramente em sites cujos links são divulgados pelos checadores, o que permite o fácil acesso.

Se a disseminação de informações estatais de maneira ativa já é um recurso que permite a *accountability* (PINA; TORRES; ACERETE, 2007), a intermediação por parte do Jornalismo pode expandir e contextualizar os dados ali. Se o governo é a fonte mais comum para certas práticas já consolidadas como o Jornalismo de dados (STALPH, 2018; TANDOC; OH, 2017), também o é para a checagem de fatos, como ficou comprovado pelos achados empíricos.

Associar Jornalismo e transparência, portanto, remete à noção de sistemas peritos (DE CARVALHO, 2008; MIGUEL, 1999; SCHWAAB, 2007) – sobretudo ao fortalecer o argumento de que atores de fora do campo político tradicional também podem ser capazes de participar do processo de fiscalização e abertura das instituições do Estado.

Na tradicional definição de sistema-perito formulada por Giddens (1991), existem duas características necessárias para se categorizar esse agente. De um lado, um consumidor que não possui conhecimentos técnicos especializados. O leitor a quem a checagem se dirige se encaixa perfeitamente nessa definição, uma vez que o cidadão comum não está familiarizado com as possibilidades de acesso à informação possibilitadas pela transparência e sequer possui os melhores recursos técnicos para dela desfrutá-la.

A outra característica do sistema-perito é a crença no conhecimento especializado detido pelo expert. O Jornalismo de checagem, com a função persuasiva que lhe é típica (SEIBT, 2019), busca sempre convencer o leitor de que é um agente capaz de bem utilizar a transparência e de ser representante do leitor nessa tarefa. Em todos os quatro papéis jornalísticos desempenhados pelos agentes citados, sempre foi possível ver que a menção à transparência foi um recurso para convencimento de que a checagem estava correta. Logo, o Jornalismo de checagem de fatos estaria capacitado para essa atividade e busca persuadir o leitor não só de que o conteúdo checado é verdadeiro ou falso, mas também de que ele é um ator com conhecimento para isso.

Transparente é aquele que se permite ver, em que não há espaços blindados ao olhar do público (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2018). As checagens produzidas demonstraram que declarações e rumores podem ser contestados por meio do Jornalismo caso o poder público permita que esse olhar aconteça – o que ocorre não por vontade dos governantes, mas por imposição legal. Se não há espaço escondido, se torna mais fácil para as agências de checagem produzirem seus textos da maneira que as legitima, que é justamente a utilização da transparência. Se a publicidade permite a sanção social, é o Jornalismo que a efetiva ao incluir dados provenientes da transparência. Há, assim, aparição contextualizada com o intuito de constranger os membros da classe política, o que concretiza uma das funções da transparência.

Considerando que é “o jornalismo quem produz as narrativas que dão sentido aos fatos” (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2018, p. 16), os agentes de checagem assumem esse papel de maneira consolidada, se colocando como elemento essencial na relação de transparência. Consolidam a ideia de que o Jornalismo é sistema-perito (MIGUEL, 1999) e demonstram que a abertura do Estado ocorre através dos textos noticiosos (BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2012), nesse caso, as checagens. A recorrência das checagens é a maneira de garantir de que a resistência institucional do Estado à transparência (TORRES, 2020) seja minorada pela atuação do checador expert. Em muitos países, a classe jornalística foi uma das grandes defensoras da aprovação de transparência (CAMAJ, 2016; RODRIGUES, 2017), o que indicaria que ela seria uma das suas grandes utilizadoras. No âmbito da checagem, foi possível comprovar que esse ímpeto pela transparência foi comprovado. Ressalte-se que transparência parece ser palavra de ordem para a checagem. Isso porque, além de ser fonte de informações e processo necessário, ela precisa estar também no financiamento (ALENCAR; DOURADO, 2020): saber como outras empresas de comunicação contratam checagens dessas agências e também como são aplicados os recursos provenientes de *crowdfunding*.

Essa consolidação do Jornalismo de checagem por meio da transparência se soma ao movimento de amplitude no conceito de Jornalismo. Lewis (2012) havia demonstrado como determinados agentes se libertaram do conceito de “Jornalismo” para lidar com “informação”. No caso da checagem, não houve a ruptura com a noção

de Jornalismo. Contudo, esse movimento de expansão apontado também se fez presente. Através da ampla rede de transparência atualmente existente é que se pôde recolher e criar as bases que sustentam a atividade da checagem. A libertação indicada é a do conceito tradicional de Jornalismo, em que há uma notícia a ser transmitida e em que serão destacados seus pontos principais: quando, onde, quem. O Jornalismo de checagem expande sua atuação ao buscar se deter mais sobre a informação que embasa o produto noticioso e se outorga a posição de agente capaz para essa função.

Lewis e Usher (2014) explicitaram a importância de pensar a zona de confluência entre o uso de dados e a prática de jornalística para se pensar a evolução do Jornalismo de dados. Essa *trading zone* foi delineada no Jornalismo de checagem: os checadores se aproveitam ao máximo dessa intersecção e do repertório prévio acumulado quanto ao acesso às informações públicas para produzir o material publicado. Sem que houvesse essa expertise nas duas áreas, não seria possível a produção de checagens no ritmo em que foram divulgadas (nesse ponto, o Brasil se destaca pela velocidade superior aos outros na publicação de checagens).

Essa credibilidade se constrói também porque as checagens sempre permitem que o leitor acesse o sítio original no qual se encontra a informação que embasa. Baack (2015) apontara como um *data intermediary* deveria sempre permitir acesso do público à informação primitiva. O Jornalismo de checagem cumpre esse requisito, que é essencial para a reconstrução da credibilidade: não é preciso que haja confiança cega que o dado utilizado é verídico, pois o próprio jornalista fornece o link que leva ao site original. A lógica de controle que caracterizava o Jornalismo (LEWIS, 2012) não mais prevalece, porque é incompatível com os propósitos.

Ao se posicionar como agente capaz de permitir a transparência, o Jornalismo de checagem concretiza a transparência através da capacidade de dialogar com públicos diversos e permite o exercício do direito à transparência pelo cidadão. A social accountability é concretizada, de certo modo, pela checagem de fatos (PERUZZOTTI; SMULOVITZ, 2002; WAISBORD; PERUZZOTTI, 2009), pois permite que haja um controle do cidadão da veracidade do discurso das autoridades, sendo

mais fácil distinguir quais argumentos mobilizados pelos membros da classe política não encontram amparo nos dados públicos.

A utilização da transparência apresentou traços comuns entre os quatro países checados, o que merece ser apontado. Os órgãos de estatísticas locais, tais como o IBGE brasileiro, o *Istat* italiano e o *Statistischen Bundesamt* alemão estavam entre os mais acionados. Assim, a divulgação de estatísticas pelos governos nacionais pelos seus departamentos especializados é um grande agente que contribui para essa prática do Jornalismo de checagem. Tabary, Provost e Trottier (2016) haviam exposto como no Canadá jornalistas reclamaram da baixa qualidade de dados brutos, sendo obrigado a recorrer a dados pré-processados pelas instituições. O aparecimento desses órgãos de estatísticas mostra que essa tendência também foi encontrada nos países aqui analisados, o que demonstra que se trata de uma tendência comum à atividade. A aplicação prática desses dados em textos pode, de maneira mediada, fazer com que as checagens aproximem o público das implicações de tais dados. Se algum deputado faz afirmações sobre salários de homens e mulheres, esses órgãos, que são responsáveis pelos censos de seus países por exemplos, fornecem de maneira ativa as informações e o leitor da checagem encontrará de maneira fácil, porque a checagem tem o costume de deixar o link indicado.

Embora pesquisas prévias houvessem apontado que na Alemanha os jornalistas de dados estão mais concentrados em jornais diários de grande circulação e em emissoras públicas (BEILER; IRMER; BREDÁ, 2020), a aparição dos dados públicos nas checagens é indicativa de que há sim profissionais em outros ramos de não tão grande porte dentro do Jornalismo, como o *fact-checking*.

O uso majoritário dessas informações provenientes de transparência consolida a noção de que a consolidação da atividade está relacionada ao aumento de disponibilidade de informações públicas (FLEW et al., 2012).

É interessante destacar que, embora o Poder Judiciário já tenha sido apontado como menos transparente (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018; NASCIMENTO; RODRIGUES; KRAEMER, 2015), os processos eletrônicos foram fonte relevante de matérias, especialmente no Brasil. Se a estrutura desse Poder não pôde ser completamente desvelada, o fácil acesso aos processos em trâmite perante

os tribunais se mostraram elemento valioso para a produção das checagens. Ainda no que diz respeito ao Poder Judiciário, também merece destaque no caso brasileiro, a utilização de dados disponibilizada pelo CNJ. Essa estrutura criada como órgão de controle desse Poder foi uma fonte recorrente a partir dos dados que disponibilizou, em especial de uma ferramenta particular, Geopresídios, que agrupa dados sobre execução penal no Brasil.

Não há como ignorar, portanto, que o Judiciário se mostrou um agente que contribuiu para a transparência: mesmo que não fosse com dados sobre si, ao menos sobre os processos de terceiros que perante ele tramitam. A atuação da checagem demonstrou que há espaço para esse poder na cobertura jornalística, o que outras investigações sobre utilização da transparência pelo Jornalismo não haviam conseguido captar.

O Poder Legislativo, por sua vez, se demonstrou uma fonte importante de informações. Por mais que em outros campos das inovações democráticas digitais esse seja um campo de destaque (BRAGA; MITOZO; TADRA, 2016), também na transparência houve destaque. Ainda que no Brasil tenha sido muito utilizado para averiguar como foram votações de determinados temas, as pesquisas realizadas pelo corpo técnico das casas legislativas foram grande fonte para as checagens. Note-se, por exemplo, que nos Estados Unidos o *Congressional Research Service* e o *Congressional Budget Office* apareceram com bastante destaque. Sua função original é produzir levantamentos para embasar os votos dos parlamentares, mas essa pesquisa descobriu que eles também cumprem uma função adicional: prover o público, por meio do Jornalismo de checagem, com informações sistematizadas sobre os temas.

O olhar doméstico dos dados foi também compartilhado nos dois países europeus aqui em análise por uma utilização de dados de entes não-estatais, especialmente na Itália. A União Europeia surgiu aqui como provedora dos dados e pode gerar uma discussão sobre a importância da transparência comunitária, o que pode servir até mesmo para fortalecimento do bloco (houve checagens sobre políticos que defendiam a saída do país, copiando o *Brexit* do Reino Unido). Pensar

transparência do Jornalismo deve significar pensar também nessas organizações multilaterais, especialmente em países muito integrados.

Já a transparência passiva, ou seja, as informações disponibilizadas pelo poder público apenas depois de diretamente interpelado, não foram presentes no *corpus* das checagens desse artigo. Com exceção de poucas ocorrências no Brasil, não se deu nenhuma menção nos textos de que os dados ali provinham de pedidos específicos. Não é possível dizer, entretanto, que tal tipo de atitude não compõe a prática dos jornalistas das outras nações, pois na Alemanha dados provenientes dessa origem compõem o segundo tipo mais recorrente, conforme pesquisas nas grandes organizações midiáticas de lá (BEILER; IRMER; BREDA, 2020).

O que talvez tenha influenciado a utilização dessa modalidade é a característica temporal que lhe é marcante: os prazos para resposta a pedidos não são de poucos dias, estando ainda sujeito a recursos. Assim, obter um dado para verificar se uma declaração é correta e depender de dados obtidos por meio desses dados pode demorar um tempo que a organização de comunicação não está disposta a aguardar para publicar seu material. Embora Seibt (2019) tenha destacado que a pressão pela rapidez na publicação não é característica marcantes das checagens, também não há disposição para esperar tanto tempo para a publicação. Até mesmo porque outras declarações do mesmo agente podem aparecer e tornar aquela original desatualizada e menos propensa a verificações.

Além disso, não se pode esquecer da importância cultural da utilização da transparência por parte da checagem de fatos. Se Nascimento, Rodrigues e Kraemer (2015) já haviam apontado que há uma tradição do Jornalismo tradicional de sempre citar a utilização de instrumentos de transparência, é inevitável que as constantes menções por parte das agências das possibilidades de transparência ativa reforce perante o público a existência dessa esfera. É através do Jornalismo de checagem que o público se acostuma com a transparência, pois é nele que encontra os dados e os links que o fazem compreender essa face do sistema democrático – o Jornalismo é a janela que constrói seu olhar para a transparência.

Resumindo a atuação jornalística da checagem, é importante considerar um aspecto ressaltado por Zelizer (1993): para ela, os jornalistas se constituem enquanto

grupo a partir da interpretação que fazemos dos eventos; em outras palavras, o discurso que compartilham sobre o mundo é o que os agrega como jornalistas. A relação dos profissionais de checagem com a transparência pode ser encarada a partir dessa ótica: o uso constante que fazem da transparência os engloba como grupo mesmo que estejam em países de sistemas midiáticos distintos.

O recurso à transparência é uma estratégia de legitimidade. Ciente de que a população não dispõe dos recursos necessários, o Jornalismo toma essa posição e a utiliza para construir sua credibilidade (MASULLO et al., 2021). As checagens, assim, não seriam mero exercício retórico dos repórteres porque estão baseadas em evidências empíricas fornecidas pelo próprio Estado. Esse processo de transparência interna das agências é dependente da transparência do Estado. Usar esses dados estatais é o escudo capaz de embasar as checagens: a máquina estatal, ou seja, a burocracia, produz dados que são tomados como imparciais pelas agências de checagem.

Não existe discussão sobre possíveis orientações políticas nos próprios dados que estão sendo utilizados. No caso brasileiro, por exemplo, inúmeras pesquisas do IPEA são utilizadas (como sobre as variações do Produto Interno Bruto brasileiro ou quantidade de assassinatos no Brasil<sup>14</sup>) sem que haja qualquer reflexão sobre como foi sua produção, o que foi considerado etc. Esse estilo de cobertura baseado em dados e com pouca discussão sobre sua validade é típica do jornalismo econômico (MULLEN, 2018; SCHIFFRIN; FAGAN, 2013), de modo que não configura um desvio singular a caracterizar o *fact-checking*. No ambiente em que proliferam acusações de polarização e enviesamento, o Jornalismo de checagem não se propõe a discutir a lisura dos dados. É a âncora empírica sem a qual o navio do Jornalismo pode naufragar.

Uma oposição interessante poderia ser feita entre o Jornalismo de dados e o Jornalismo tradicional, cuja construção do texto está ancorada sempre na história de um personagem ou na opinião de uma fonte. O Jornalismo de dados, aqui

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/08/06/manuela-meirelles-convencoes/>. Publicado em 06 ago 2018; Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/07/27/amoedo-rabello-novatos-metropoles/>. Publicado em 27 jul 2018.

representado pela checagem, supõe que a utilização de dados sistematizados o torna mais crível e digno de confiança do que o padrão anterior. Se realmente não há rigor estatístico na escolha de um personagem para ilustrar matérias sobre tendências nas famílias brasileiras, a mera recorrência a números não representaria por si só uma aura de veracidade imediata ao texto.

A checagem de fatos, entretanto, não concede muita importância a esse ponto, porque poderia afastar a credibilidade da qual o Jornalismo não pode prescindir. Considerando que uma das atribuições do Jornalismo enquanto agente político é conceder espaço para os temas e vozes que serão relevantes no espaço público (BIROLI, 2013; LAWRENCE, 2006), o caminho também é inverso: além de se utilizar da transparência para sustentar sua credibilidade, é o Jornalismo também permite que esses dados cheguem ao grande público. Configura-se, assim, uma retroalimentação, uma relação de simbiose entre esses dois entes: o Jornalismo de checagem precisa dos dados para se embasar e a transparência precisa do intermédio do Jornalismo para alcançar os cidadãos.

Fazer proveito das informações públicas e transmiti-las ao público por meio da checagem é o traço que une todos os checadores e indica, em seus textos, que eles compartilham uma maneira de interpretar a relação da transparência com o Jornalismo: é uma maneira de exercer seu papel, reforçar a credibilidade e destacar sua relevância democrática para o público.

## Referências

ALENCAR, Marta Thais; DOURADO, Jacqueline Lima. Fact-checking: checagens da Folha e do Estadão na construção da credibilidade jornalística na internet. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 22, n. 2, p. 23–37, 2020.

AMAZEEN, Michelle A. Journalistic interventions: The structural factors affecting the global emergence of fact-checking. **Journalism**, v. 21, n. 1, p. 95–111, 2020. DOI: 10.1177/1464884917730217.

BAACK, Stefan. Datafication and empowerment: How the open data movement re-articulates notions of democracy, participation, and journalism. **Big Data & Society**,

v. 2, n. 2, p. 1–11, 2015. DOI: 10.1177/2053951715594634.

BEILER, Markus; IRMER, Felix; BREDÁ, Adrian. Data Journalism at German Newspapers and Public Broadcasters: A Quantitative Survey of Structures, Contents and Perceptions. **Journalism Studies**, p. 1–19, 2020. DOI: 10.1080/1461670X.2020.1772855.

BERTOT, John Carlo; JAEGER, Paul T.; GRIMES, Justin M. Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government. **Transforming Government: People, Process and Policy**, v. 6, n. 1, p. 78–91, 2012. DOI: 10.1108/17506161211214831.

BIROLI, Flávia. Limites da Política e Esvaziamento dos Conflitos: o Jornalismo como Gestor de Consensos. **Revista Estudos Políticos**, n. 6, p. 126–143, 2013.

BRAGA, Sergio Soares; MITOZO, Isabele Batista; TADRA, Julia. AS FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELOS WEBSITES PARLAMENTARES BRASILEIROS E O PAPEL DOS PROGRAMAS EDUCATIVOS. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 136, p. 793–819, 2016. DOI: 10.1590/es0101-73302016155750.

BRANDTZAEG, Petter Bae; FØLSTAD, Asbjørn. Trust and distrust in online fact-checking services. **Communications of the ACM**, v. 60, n. 9, p. 65–71, 2017. DOI: 10.1145/3122803.

BRANDTZAEG, Petter Bae; LÜDERS, Marika; SPANGENBERG, Jochen; RATH-WIGGINS, Linda; FØLSTAD, Asbjørn. Emerging Journalistic Verification Practices Concerning Social Media. **Journalism Practice**, v. 10, n. 3, p. 323–342, 2016. DOI: 10.1080/17512786.2015.1020331.

BRENOL, Marlise Viegas. **Transparência digital e jornalismo: modalidades comunicativas com uso de dados públicos**. 2019. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SU, [S. l.], 2019.

CAMAJ, Lindita. From ‘window dressing’ to ‘door openers’? Freedom of Information legislation, public demand, and state compliance in South East Europe. **Government Information Quarterly**, v. 33, n. 2, p. 346–357, 2016. DOI: 10.1016/j.giq.2016.03.001.

CARLSON, Matt. The Information Politics of Journalism in a Post-Truth Age. **Journalism Studies**, v. 19, n. 13, p. 1879–1888, 2018. DOI: 10.1080/1461670X.2018.1494513.

DE CARVALHO, Carlos Alberto. Reflexividade e Jornalismo: algumas aproximações. **Revista FAMECOS**, v. 15, n. 36, p. 77, 2008. DOI: 10.15448/1980-3729.2008.36.4418.

FERRACIOLI, Paulo; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. O Jornalismo como agente da transparência pública no Brasil: A cobertura noticiosa no caso da Lei de Acesso à Informação. **Observatorio (OBS\*)**, v. 14, n. 2, 2020. a. DOI: 10.15847/obsOBS14220201514.

- FERRACIOLI, Paulo; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Jornalismo, colaboração e interesse público. **E-Compós**, 2020. b. DOI: 10.30962/ec.2053.
- FLEW, Terry; SPURGEON, Christina; DANIEL, Anna; SWIFT, Adam. The promise of computational journalism. **Journalism Practice**, v. 6, n. 2, p. 157–171, 2012. DOI: 10.1080/17512786.2011.616655.
- GERALDES, Elen; SOUSA, Janara; NEGRINI, Vanessa. O impacto da Lei de Acesso a Informação nas relações entre os jornalistas e as assessorias de comunicação governamentais. *In*: VIICONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA 2017, Porto Alegre-RS. **Anais** [...]. Porto Alegre-RS
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GOMES, Wilson. Democracia digital: que democracia? *In*: II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA 2007, **Anais** [...]. [s.l: s.n.]
- GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira; ALMADA, Maria Paula. Novos desafios para a ideia de transparência pública. **E-Compós**, v. 21, n. 2, 2018. DOI: 10.30962/ec.1446.
- GONÇALVES, Francisco Eduardo; STACCIARINI, Isa Coelho; NASCIMENTO, Solano. O uso da LAI por jornalistas: uma análise de requerentes, pedidos e respostas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 15, n. 2, p. 130–140, 2019. DOI: 10.5007/1984-6924.2018v15n2p130.
- GRAVES, Lucas. **Deciding what's true: The rise of political fact-checking in American journalism**. New York: Columbia University Press, 2016.
- HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems: three models of media and politics**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2004
- HOOD, Christopher. Accountability and Transparency: Siamese Twins, Matching Parts, Awkward Couple? **West European Politics**, v. 33, n. 5, p. 989–1009, 2010. DOI: 10.1080/01402382.2010.486122.
- LAWRENCE, Regina G. Seeing the Whole Board: New Institutional Analysis of News Content. **Political Communication**, v. 23, n. 2, p. 225–230, 2006. DOI: 10.1080/10584600600629851.
- LEWIS, Seth C. From Journalism to Information: The Transformation of the Knight Foundation and News Innovation. **Mass Communication and Society**, v. 15, n. 3, p. 309–334, 2012. DOI: 10.1080/15205436.2011.611607.
- LEWIS, Seth C.; USHER, Nikki. Code, Collaboration, And The Future Of Journalism. **Digital Journalism**, v. 2, n. 3, p. 383–393, 2014. DOI: 10.1080/21670811.2014.895504.
- LINDSTEDT, Catharina; NAURIN, Daniel. Transparency is not enough: Making

transparency effective in reducing corruption. **International Political Science Review**, v. 31, n. 3, p. 301–322, 2010. DOI: 10.1177/0192512110377602.

LOOSEN, Wiebke; REIMER, Julius; HÖLIG, Sascha. What Journalists Want and What They Ought to Do (In)Congruences Between Journalists' Role Conceptions and Audiences' Expectations. **Journalism Studies**, p. 1–31, 2020. DOI: 10.1080/1461670X.2020.1790026.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Internet e transparência política. *In*: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abilio Gomes; FILGUEIRAS, Fernando (org.). **Democracia digital – publicidade, instituições e confronto político**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MÁRQUEZ-RAMÍREZ, Mireya; GUERRERO, Manuel Alejandro. Introduction: Media Systems in the Age of (Anti) Neoliberal Politics. *In*: **Media Systems and Communication Policies in Latin America**. London: Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 1–23. DOI: 10.1057/9781137409058\_1.

MASULLO, Gina M.; CURRY, Alexander L.; WHIPPLE, Kelsey N.; MURRAY, Caroline. The Story Behind the Story: Examining Transparency About the Journalistic Process and News Outlet Credibility. **Journalism Practice**, p. 1–19, 2021. DOI: 10.1080/17512786.2020.1870529.

MICHENER, Gregory; CONTRERAS, Evelyn; NISKIER, Irene. From opacity to transparency? Evaluating access to information in Brazil five years later. **Revista de Administracao Publica**, v. 52, n. 4, p. 610–629, 2018. DOI: 10.1590/0034-761220170289.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, v. 11, n. 1, p. 197–208, 1999. DOI: 10.1590/S0103-20701999000100011.

MULLEN, Andrew. Media performance in the 'age of austerity': British newspaper coverage of the 2008 financial crisis and its aftermath, 2008–2010. **Journalism**, p. 146488491880529, 2018. DOI: 10.1177/1464884918805298.

NASCIMENTO, Solano Dos Santos; RODRIGUES, Georgete Medleg; KRAEMER, Luciana. A utilização da Lei de Acesso à Informação pela imprensa: análise dos jornais Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. **Rumores**, v. 9, n. 18, p. 225, 2015. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2015.97261.

PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina. Held to Account: Experiences of Social Accountability in Latin America. **Journal of Human Development**, v. 3, n. 2, p. 209–230, 2002. DOI: 10.1080/14649880220147310.

RODRIGUES, Fernando. **Pragmático, Palocci é cerebral e fez cálculo cartesiano para dedurar Lula**. 2017.

RUSCHEL TRÄSEL, Marcelo. Hacks and hackers: the ethos and beliefs of a group of Data-Driven Journalism professionals in Brazil. **Revista FAMECOS**, v. 25, n. 1, p. 27589, 2018. DOI: 10.15448/1980-3729.2018.1.27589.

SCHIFFRIN, Anya; FAGAN, Ryan. Are we all Keynesians now? The US press and the American Recovery Act of 2009. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 14, n. 2, p. 151–172, 2013. DOI: 10.1177/1464884912458663.

SCHWAAB, Reges Toni. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. **Em Questão**, v. 13, n. 1, 2007.

SEIBT, Taís. **Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática de fact-checking no Brasil**. 2019. Porto Alegre-RS, 2019.

SOUSA, Janara; GERALDES, Elen. O impacto da lei de acesso à informação nas rotinas produtivas do Jornalismo brasileiro. **Revista Eptic**, v. 18, n. 3, 2016.

STALPH, Florian. Classifying Data Journalism. **Journalism Practice**, v. 12, n. 10, p. 1332–1350, 2018. DOI: 10.1080/17512786.2017.1386583.

TABARY, Constance; PROVOST, Anne-Marie; TROTTIER, Alexandre. Data journalism's actors, practices and skills: A case study from Quebec. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 17, n. 1, p. 66–84, 2016. DOI: 10.1177/1464884915593245.

TANDOC, Edson C.; OH, Soo-Kwang. Small Departures, Big Continuities? **Journalism Studies**, v. 18, n. 8, p. 997–1015, 2017. DOI: 10.1080/1461670X.2015.1104260.

TORRES, Guillén. Institutional Resistance To Transparency: The Quest for Public Sector Information in Mexico. **Journal Of Resistance Studies**, v. 5, n. 2, 2020.

WAISBORD, Silvio; PERUZZOTTI, Enrique. The environmental story that wasn't: advocacy, journalism and the asambleísmo movement in Argentina. **Media, Culture & Society**, v. 31, n. 5, p. 691–709, 2009. DOI: 10.1177/0163443709339462.

ZELIZER, Barbie. Journalists as interpretive communities. **Critical Studies in Mass Communication**, v. 10, n. 3, p. 219–237, 1993. DOI: 10.1080/15295039309366865.